

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.873 - RJ (2019/0155912-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : EMPRESA SAO PEDRO DE COMERCIO ALIMENTICIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO MENESCAL KALACHE - RJ123058
CAMILLA VIANA DE FREITAS - RJ173612
AGRAVADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO CLEVELAND BOTELHO
AGRAVADO : LUIS HENRIQUE RIVERA DE NORONHA
AGRAVADO : AMELIA RAQUEL NEVES DE NORONHA
AGRAVADO : SILVIO SEBASTIAO BORGES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : WALMIRA GARCIA BORGES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : WALTER DE SA CAVALCANTE
AGRAVADO : ERIKA COZER SETTE DE SA CAVALCANTE
AGRAVADO : ISAAC BER BORENSZTEIN
AGRAVADO : MIRIAM BORENSZTEIN
AGRAVADO : CLAUDIO ZONIS
AGRAVADO : BIANCA ELKIND ZONIS
ADVOGADOS : JACQUES MALKA Y NEGRI - RJ060011
LUCIANA DE ABREU MIRANDA - RJ180453

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. CHAMINÉ DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE RESTAURANTE. INCÔMODOS PROVOCADOS POR GORDURA E GASES DIVERSOS. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. MAJORAÇÃO DA VERBA RESPECTIVA. DESPROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO DOS AUTORES.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 761/766).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 187, 188, do Código Civil, 369, 924 e 1022 do Código de Processo Civil/2015.

Defende ter havido cerceamento de defesa, quando da realização da perícia técnica, bem como suscita negativa de prestação jurisdicional.

Pretende a extinção do processo, em razão do cumprimento da obrigação imposta.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz a inexistência de ato ilícito apto a caracterizar o dever de indenizar, com valor arbitrado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em favor de cada casal dos apartamentos 101, 201 e 301; e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor de cada casal dos apartamentos 401 e 501 do condomínio ora agravado.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 816/836).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Verifico que as alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil não merecem prosperar porquanto não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AFRONTA AO ARTIGO 1022, II, DO CPC/15. INEXISTÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. É incabível a incidência de juros moratórios sobre valores a serem devolvidos em virtude de revogação de decisão que antecipou os efeitos da tutela por não haver fato ou omissão imputável ao autor da ação de revisão de benefício. Precedentes. Súmula nº 83/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.098.349/RS, minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 22.3.2018, DJe 4.4.2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.

3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.157.866/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13.3.2018, DJe 15.3.2018).

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão a respeito da suposta violação ao art. 369 do CPC/2015 não foi objeto de exame pela instância ordinária, e a matéria sequer foi alegada nas razões dos embargos de declaração opostos, o que impede o conhecimento do recurso ante a ausência do indispensável prequestionamento, requisito que não isenta sequer as questões de ordem pública.

Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

No tocante a alegação de perda superveniente do objeto a Corte local se manifestou no seguinte sentido (e-STJ, fl. 766):

De qualquer forma, anote-se que não houve perda do objeto quanto à obrigação de fazer, mormente ante a necessidade de se estabelecer que remanesceria a providência constante do primeiro parágrafo de fls. 737.

Transcrevo, por oportuno, trecho da fl. 737, e-STJ:

Com efeito, como se verifica da prova técnica, houve a adoção das medidas tendentes a reduzir as consequências do sistema de dispersão, mas a ré deve proceder à limpeza do sistema de exaustão a cada quinze dias, às quintas-feiras.

E, ainda, quanto à configuração do dever de indenizar, considerou (e-STJ, fl. 737):

Noutro giro, constata-se que a conduta da demandada trouxe inusuais transtornos aos autores, caracterizando-se, assim, como ação ilícita cujos reflexos são perniciosos à sua honra subjetiva, exsurgindo o dever de indenizar.

Assim, a desconstituição de tais premissas, na forma como pretendida pela recorrente, a fim de descaracterizar o ato ilícito, bem como considerar a perda superveniente do objeto da ação, demandaria o reexame de fatos e provas, procedimento que encontra óbice, na via especial, no verbete da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. O Tribunal *a quo*, com base no conjunto fático e probatório carreado aos autos, entendeu estarem presentes os elementos caracterizadores da responsabilidade civil e do dever de indenizar, bem ainda a razoabilidade e proporcionalidade do quantum fixado a título de danos morais pelo magistrado de primeiro grau. A alteração de tais conclusões demanda a incursão nas questões de fato e de prova dos autos, inadmissível por esta via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 798.661/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18.5.2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE ALUGUÉIS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CONEXÃO. RESCISÃO DE CONTRATO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não há ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quando o Tribunal de origem se manifesta, de modo suficiente, sobre todas as questões levadas a julgamento, não sendo possível atribuir o vício de omissão ao acórdão somente porque decidira em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Precedentes.

2. Tendo o Tribunal de origem, com base nas provas e nos fatos dos autos, concluído pela ausência de conexão, a alteração da compreensão alcançada encontra óbice no enunciado sumular n. 7 desta Corte Superior.

3. Além disso, trata-se de uma faculdade do juiz a análise da necessidade de os processos serem reunidos para julgamento conjunto, porquanto cabe a ele avaliar a conveniência em cada caso concreto, conforme disposto no art. 105 do CPC/1973.

4. Quanto às demais questões apontadas - falta de interesse processual pela celebração de acordo anterior ao ajuizamento da ação e perda superveniente do objeto, diante da rescisão do contrato de locação decretada em sentença judicial anterior -, é vedado em recurso especial o reexame das circunstâncias fáticas da causa, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de

Superior Tribunal de Justiça

simples reexame de provas não enseja recurso especial."

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1028902/RJ, Rel. Ministro MARCO AURELIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16.7.2017, DJe 25.5.2017)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

